

Quinta-feira

Teresina, 24 de novembro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp

(86) 98889-9588

• ANO XXX Número 10.951

• www.diariodopovo-pi.com.br

• Piauí: R\$ 2,50 - Outros Estados R\$ 4,00

RECURSO EXTRA

Dinheiro da repatriação sai ainda este ano, diz secretário

Foto: Divulgação

Rafael Fonteles disse que repasses extras para os estados está assegurado e não depende de acordo com a União

CATARINA SANTIAGO

REPÓRTER DE POLÍTICA

O secretário da Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, disse ao *Diário do Povo* que a repartição dos recursos referentes às multas de impostos repatriados do exterior prometida pelo presidente da República, Michel Temer (PMDB), aos estados, incluído o Piauí, na reunião que aconteceu anteontem em Brasília, não estão condicionados ao apoio e cumprimento de medidas específicas solicitadas pelo Governo Federal, como o aumento na contribuição



SECRETÁRIO da Fazenda, Rafael Fonteles: dinheiro das multas da repatriação cai na conta do Estado até o final do ano

previdenciária, idade mínima para se aposentar e controle de despesas correntes.

Essas questões, segundo ele, ainda precisam ser discutidas e definidas. Rafael afirmou que o pacto feito com a União foi no sentido de alinhar com os estados as propostas do Governo Federal, como o controle de gastos proposto pela PEC 55 e a reforma da previdência. "Na verdade, o que se fez foi um alinhamento. O que o presidente exigiu de contrapartida foi a discussão e a finalização conjunta dos governadores no apoio a essas medidas. Agora, quais são essas medidas, nem o Ministério (da Fazenda) sabe porque isso ainda vai ser objeto de discussão", explicou.

O secretário frisou, porém,

que a única coisa certa é que os R\$ 173 milhões destinados ao estado pela repatriação das multas já estão assegurados e devem ser repassados ao Piauí até o final desse ano. "O dinheiro da repatriação não está condicionado a nenhuma medida específica, mas a medidas genéricas que são o apoio ao controle de custeio e a reforma da previdência. Agora, quais são os itens específicos não está decidido, não está definido. Quem aprova isso não é presidente, é parlamento. Presidente não manda em parlamento. Então, se trata de apoios, somando esforços para se chegar a alguns consensos, quais são esses consensos não se chegou ainda. É o aumento da idade mínima da aposentadoria? É a contribuição previdenciária au-

mentar? É a despesa corrente que não pode aumentar? Isso vai ser discutido junto com o Congresso", disse Rafael.

A segurança do secretário sobre a vinda desses recursos para o estado está baseada no Supremo Tribunal Federal (STF), que já deu decisão favorável ao Piauí na ação civil pública impetrada pelo estado e por mais 20 entes federativos para garantir os R\$ 5,3 bilhões de multas repatriadas a serem divididas. A ministra Rosa Weber, na semana passada, deu causa aos estados bloqueando os recursos dos cofres da União, resguardando, assim, os recursos para pagamento aos estados que querem a repartição das multas.

Rafael esclareceu ainda que nos próximos dias será forma-

lizado junto ao STF um documento assinado por Governo Federal, estados e Supremo, homologando o acordo entre União e estados com a garantia de que os entes federativos recebem os recursos da repartição dando como contrapartida a retiradas das 21 ações que tramitam pedindo a repartição por via judicial.

"Agora o dinheiro da multa ele vai vir de qualquer jeito porque a sinalização (do presidente Temer) já houve. Agora vai ter um trâmite no Supremo para ver como vai ser homologado esse acordo, porque tem uma ação judicial e não se pode desrespeitar o Supremo Tribunal Federal. Tem que ser feito em acordo com o Supremo", finalizou Rafael Fonteles.

MUNICÍPIOS FICAM FORA DA REPATRIAÇÃO DAS MULTAS

O deputado federal Júlio César (PSD), coordenador da bancada do Nordeste no Congresso Nacional, lamentou a não inclusão dos municípios na divisão dos recursos da repatriação das multas. Anteontem, o presidente da República Michel (PMDE), em reunião com os governadores, concordou em repartir apenas com os estados os R\$ 5,3 bilhões em multas repatriadas.

Para Júlio César, a exclusão é temporária porque a Associação Piauiense de Municípios (APPM) decidiu entrar com ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), à semelhança do que fez o Estado do Piauí e mais 20 estados, cobrando a divisão das multas repatriadas do exterior. O deputado acredita que da mesma forma que o Supremo deu

parecer favorável aos estados que judicializaram a questão, qualquer município, entre eles, os municípios piauienses, também devem conseguir. "Excluir municípios, nunca! Qualquer que seja o município que entrar no Supremo vai ganhar", asseverou.

Júlio César explicou que não dá como separar a arrecadação de impostos das multas e juros aplicados. Ele defende que a divisão com os municípios das multas repatriadas, tal como já aconteceu com os impostos repatriados, é um direito. "Porque isso é um direito. Toda multa no imposto de renda ela constitui um montante do principal (o imposto), uma parte fica com a União, uma parte fica com os estados e uma parte fica com os municípios", concluiu. (CS)



RECURSO EXTRA

Secretário Franzé Silva indicou que o montante ajudará o Piauí a diminuir o déficit com os fornecedores, o que é uma preocupação de todos os Governos no cenário atual

Governo vai pagar fornecedores com multa da repatriação

FRANCY TEIXEIRA

DE POLÍTICA

Com o acordo firmado entre os Estados com o Governo Federal no que tange a partilha do montante referente a multa dos bens repatriados, o secretário de Administração e Previdência Franzé Silva indicou nesta quarta-feira, dia 23, que o montante ajudará o Piauí a diminuir o déficit com os fornecedores, o que é uma preocupação de todos os Governos no cenário atual.

"O Estado do Piauí já havia partido na frente junto ao STF (Supremo Tribunal Federal), onde obtivemos êxito, essa receita vai apenas nos ajudar a diminuir o déficit, íamos fechar com um déficit alto com os fornecedores, e essa questão é enfrentada por todos os Estados", indicou.

A parte referente ao Imposto de Renda (IR), liberada na primeira quinzena do mês (cerca de R\$ 170 milhões) já tinha ajudado o Executivo a garantir os proventos necessários para o pagamento do décimo terceiro salário dos servidores.

Sobre o tema, o secretário enalteceu o foco da gestão no equilíbrio das finanças. "O equilíbrio do Piauí é um dos poucos

Piauí receberá cerca de R\$ 170 milhões do Governo Federal oriundos da multa de repatriação

do país que vai fechar o ano em equilíbrio, isso se deu devido a um trabalho que se fez em toda a gestão", comentou.

A política austera adotada pelo Governo do Piauí deverá ser mantida, já que foi estabelecida durante a reunião com o presidente Michel Temer (PMDB), a disposição dos Estados e do Governo Federal

em controlar os gastos em todas as esferas.

"Aproveitamos a reunião e estabelecemos o compromisso dos Estados e da União com a austeridade, com o controle de gastos nos três Poderes; e tratamos também de medidas voltadas ao crescimento econômico, com a preocupação com a proteção dos mais pobres, através de programas que permitam investimentos com fundos estaduais, com recursos da securitização da dívida ativa, recursos equivalentes a 10% dos incentivos fiscais, já aprovados em diversos Estados", disse o governador Wellington Dias (PT).



FRANZÉ fala sobre prioridades para multa de repatriação

Prefeito Manin Geronço nega ter sido notificado pelo TCE

O gestor disse que tem seguido as indicações do órgão para manter os compromissos em dia nesse período de crise.

PRISCILA CALDAS

23/11/2016 @ 16h33

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail


 Mais opções

Foto: Jornalesp.com



A assessoria de imprensa do prefeito de Porto, Francisco Geronço, mais conhecido como Manin Geronço enviou direito de resposta ao **GPI** acerca da matéria veiculada "**Dó Bacelar pede ao TCE bloqueio de contas da prefeitura de Porto**".

O prefeito Manin afirmou que nunca foi notificado pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). O gestor disse ainda que tem seguido as indicações do órgão para manter os compromissos em dia nesse período de crise.

Confira a resposta na íntegra!

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/prefeito-manin-geronco-nega-ter-sido-notificado-pelo-tce-404841.html>